

**Ética do Desenvolvimento: estudo a partir de textos
selecionados de Louis-Joseph Lebret e Deniss Goulet**

**Development ethics: study from selected texts of Louis-Joseph
Lebret and Denis Goulet**

Rossi Henrique Soares Chaves, rossichaves@hotmail.com

Orientador: Thiago Fontelas Rosado Gambi

Universidade Federal de Alfenas campus avançado de Varginha, Minas Gerais

Submetido em 10/06/2015

Revisado em 16/11/2015

Aprovado em 24/12/2015

Resumo: Denis Goulet (1988; 1997) e David Crocker (1991) apontam como uma das tarefas da ética do desenvolvimento a elaboração e avaliação de políticas de desenvolvimento. O desenvolvimento aqui será tomado sob uma perspectiva mais ampla do que a puramente econômica e que é relativamente nova, surgida no pós-II guerra mundial. Para mostrar como os economistas identificavam desenvolvimento e crescimento econômico, será apresentada, inicialmente, uma discussão sobre a evolução do conceito de “desenvolvimento” no pensamento econômico até esse período. A partir desse contexto, propomos aqui uma reflexão sobre o desenvolvimento a partir da filosofia moral ou da ética, baseado mais especificamente no contexto da viragem do conceito, na década de 1960, quando surgiu um grupo de estudiosos que viam na ética do desenvolvimento uma alternativa teórica e prática para humanizar o sistema de mercado. A reflexão é feita a partir do estudo de textos selecionados de Louis-Joseph Lebret e Denis Goulet, nos quais se procurou verificar suas críticas aos sistemas capitalista e socialista; e suas propostas alternativas de desenvolvimento.

Palavras chave: ética, desenvolvimento, subdesenvolvimento, capitalismo.

Abstract: Denis Goulet (1988; 1997) and David Crocker (1991) point out, as one of the tasks of the development ethics, the elaboration and the evaluation of development policies. The development herein will be regarded under a broader perspective than the solely economic one, which is, at some extent a new version, arisen after the Second World War. In order to demonstrate how economists identified both the development and the economic growth, this work will present, at first, a discussion about the evolution of the concept of "development" in the economic thought, up to that period. Based on this context, we purpose here a reflection on the development from the moral philosophy or ethics, grounded, particularly on the background of the turning point of the concept, in the 1960's, when appeared a group of scholars, who saw in the development ethics a theoretical and practical alternative in order to humanize the market's system. The reflection is made from the study of picked out texts from Louis-Joseph

Lebret and Denis Goulet, in which we attempted to verify their criticisms on the capitalist and socialist systems, as well as their alternative proposals to the development.

Keywords: ethics, development, underdevelopment, capitalism.

Introdução

O conceito de desenvolvimento é um dos mais importantes da economia, no entanto, quando se fala em desenvolvimento nem sempre se tem claro o que essa palavra quer significar e, de fato, ela carrega diferentes significados no âmbito do pensamento econômico. Durante muito tempo, a teoria econômica tentou reforçar esses contornos reduzindo a concepção de desenvolvimento ao mero crescimento econômico, entendido como a elevação do produto interno bruto *per capita* de determinada economia.

Atualmente, a partir da crítica à definição clássica de desenvolvimento, não basta considerar apenas questões econômicas para afirmar o desenvolvimento de determinada sociedade. As experiências concretas de crescimento econômico em diversos países revelaram que o aspecto puramente econômico não é suficiente para a promoção do desenvolvimento. Aspectos não-econômicos, especialmente éticos, deveriam ser considerados. Diante disso, o primeiro objetivo deste trabalho será mapear as mudanças na concepção do desenvolvimento na teoria econômica, especialmente quanto às primeiras reflexões sobre a consideração de aspectos éticos, a partir de uma análise da história do pensamento econômico.

A partir daí será possível caminhar para o segundo objetivo deste trabalho, isto é, refletir sobre o desenvolvimento a partir do estudo de textos selecionados de Joseph-Louis Lebret e Denis Goulet, nos quais se procurou verificar suas críticas aos sistemas capitalista e socialista; e suas propostas alternativas de desenvolvimento.

1. Contexto

1.1. O conceito de desenvolvimento até a segunda guerra mundial

Por estar entre as principais preocupações economia, o desenvolvimento possui cadeira cativa nesse campo, porque trata dos objetivos últimos da economia como ciência social, isto é, a melhoria das condições de vida ou a melhoria da vida das pessoas. Porém nem sempre se tem claro o que essa palavra quer significar e, de fato, ela carrega diferentes significados no âmbito do pensamento econômico (ARNDT, 1981). Durante muito tempo, a teoria econômica tentou reforçar esses contornos reduzindo a concepção de desenvolvimento ao mero crescimento econômico, entendido como a elevação do produto interno bruto *per capita* de determinada economia.

Para se refletir a respeito do sentido em que o conceito de desenvolvimento econômico é adotado pelos autores estudados neste trabalho, é preciso, primeiro, considera-lo no contexto da história pensamento econômico. Ressaltando principalmente a evolução histórica dos termos e definições usadas para se definir desenvolvimento e crescimento econômico.

Os primeiros economistas - mercantilistas¹, fisiocratas² e clássicos³ - consideravam sinônimos crescimento econômico e desenvolvimento. Nos modelos desses economistas a ênfase está na acumulação de capital ou no aumento da produção global. A ideia é de que o crescimento, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, leva automaticamente a padrões de vida mais elevados e ao desenvolvimento.

Ao tratar do conflito na distribuição do excedente econômico e dos fins últimos da sociedade, Marx vai além dos clássicos e mostra como o desenvolvimento das forças produtivas, que aparentemente se identifica com uma teoria do desenvolvimento, levará à superação do sistema econômico vigente. Tal identificação é aparente porque, segundo Furtado (2009), Marx está preocupado com a lei que move o sistema capitalista e não propriamente com o seu desenvolvimento.

¹ Entre eles: James Stuart e William Petty.

² Entre eles: François Quesnay e Anne Robert Jacques Turgot.

³ Entre eles: Adam Smith, Jean Baptiste Say, Roberth Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill.

Para os neoclássicos⁴, ao contrário de Marx e dos clássicos, não há conflito na distribuição do excedente. O aumento da produção que também aqui está na base do desenvolvimento, ainda visto como crescimento econômico deve-se ao aumento da produtividade dos fatores de produção. E a distribuição do excedente seria feita de acordo com a participação de cada fator naquele aumento. Um mundo moralmente justificado, sem conflito e com boas perspectivas para os trabalhadores. Além disso, a poupança como condição para a acumulação de capital dependeria da boa disposição de capitalistas e proprietários de terra em sacrificar seu consumo presente em nome do investimento e, conseqüentemente, do desenvolvimento.

Apesar de na atualidade ser clara a diferença entre os dois conceitos – desenvolvimento econômico e crescimento econômico - tal identificação predominou no pensamento econômico até o pós-II guerra mundial. Os economistas que discordam dessa identidade⁵ apontam a experiência histórica em que a acumulação de capital ou o aumento da produção nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da sociedade, de modo que o desenvolvimento não pode ser confundido com o crescimento econômico. Tal crescimento para esses economistas da identidade é visto apenas como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas, isto é, o desenvolvimento implica numa mudança de estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais que leva a um aumento de produtividade e da renda média da população.

E é assim, como crescimento econômico, que o desenvolvimento será visto durante quase duzentos anos (dos mercantilistas ao pós-II guerra). De forma ampla, objetivos como a segurança social, a garantia da liberdade, a justiça social ou a proteção do meio ambiente não eram considerados econômicos e, portanto, não eram considerados objeto da economia e dos economistas. É como se as mudanças mais amplas, relacionadas aos objetivos não-econômicos mencionados, estivessem implícitas no conceito de crescimento econômico e fossem uma decorrência necessária desse processo

⁴ Entre eles: Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Léon Walras e William Stanley Jevons.

⁵ Entre eles: Gunnar Myrdal, François Perroux e Paul Baran

no plano concreto. Crescer economicamente seria desenvolver-se economicamente (GAMBI, 2012).

No entanto, o desenvolvimento pode ser considerado, um fenômeno de longo prazo definido pela existência de crescimento econômico contínuo num ritmo superior ao do crescimento demográfico (aumento da renda *per capita*), envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. É dessas mudanças, para além da economia, que pretendemos nos ocupar ao propormos o mapeamento das transformações da concepção do desenvolvimento na teoria econômica, especialmente quanto à consideração de aspectos éticos.

A partir dessa consideração mais ampla do desenvolvimento surgiram, no pós-II guerra, concepções novas de desenvolvimento que incorporavam aspectos não-econômicos à análise e o consideravam um fenômeno multidimensional. Nessa linha de propostas alternativas de desenvolvimento que se enquadram Lebert, François Perroux, Goulet e, afinal, a ética do desenvolvimento. François Perroux foi um dos pioneiros nesse sentido ao relacionar desenvolvimento e poder. Ele evidencia o poder das macrodecisões, ou seja, decisões tomadas pelo Estado ou outra unidade dominante na economia, na estruturação da realidade econômica (COLMAN e NIXSON, 1981). Com isso, Perroux cruza as fronteiras da economia, abre o campo para as outras dimensões do desenvolvimento e coloca o ser humano no centro da ciência econômica, advogando “uma economia de cada homem e de todos homens” (MARÉCHAL, 2005).

Para ele, o desenvolvimento não se resume à troca de bens e serviços, mas incorpora também a troca de informação e símbolos, espaço onde se encontra o poder. O progresso econômico não pode ser medido simplesmente em termos quantitativos e pressupõe uma série de condições para que se efetive. Basicamente pressupõe a condição de promoção (promoção de pessoas e grupos nos planos material, cultural e da vontade política); a condição de estruturação (mudar as estruturas econômicas e sociais tendo em vista o pleno desenvolvimento dos membros da coletividade); e a condição de difusão (difusão dos frutos da inovação, do investimento, do conhecimento científico e da

capacidade ao máximo de pessoas). Esse desenvolvimento deve ser captado por indicadores multidimensionais, mas, como diz Perroux,

o indicador social situa-se no cruzamento da multidimensionalidade dos objetivos de uma coletividade e da multidimensionalidade dos desígnios do indivíduo capaz e animado por uma vida pessoal. Esta complexidade lança um desafio às combinações e ponderações mais engenhosas (apud MARÉCHAL, 2005:122).

Na década de 1960, diante da insuficiência do crescimento econômico para resolver os problemas sociais de diversos países, Denis Goulet propõe um novo modelo que resgata as questões básicas do desenvolvimento: vida boa, sociedade justa e respeito à natureza. É preciso salientar que o pensamento de Goulet estava fortemente influenciado pela relação entre economia e humanismo desenvolvida por Perroux e, especialmente, por Louis-Joseph Lebet. Para Goulet, os julgamentos éticos relacionados à boa vida, à sociedade justa e à qualidade das relações entre as pessoas e com a natureza devem servir, explícita ou implicitamente, como critério operacional para pesquisadores e planejadores do desenvolvimento.

Não se trata, entretanto, de substituir os estudos sobre o desenvolvimento existentes, mas de se abrir mais um campo ao lado deles e de outras ciências sociais, para tentar solucionar os problemas do desenvolvimento, que são complexos, simultaneamente, econômicos, políticos, sociais, culturais, técnicos e éticos. No fundo, é a incorporação de uma dimensão filosófica de fundo à reflexão do desenvolvimento, numa espécie de 'ecletismo disciplinado' (GOULET, 1997:1168), isto é, uma reflexão sobre os fins do desenvolvimento e os meios de alcançá-lo condicionados pela questão ética, algo que mal se colocava anteriormente, sobretudo, na análise econômica do desenvolvimento.

1.2. Lebet

Louis-Joseph Lebet nasceu em 1897 em um vilarejo do norte da Bretanha, Minihic-sur-Rance. Lebet teve uma visão humanista da economia, uma visão diferenciada da maneira de se pensar a economia pela ótica do social, e juntou-se à reflexão de que não basta considerar apenas questões econômicas, sobretudo a do crescimento econômico, para afirmar o

desenvolvimento de determinada sociedade ou, no plano geopolítico, de determinado país. Essa visão humanista orientou-se pela satisfação das necessidades e aspirações de cada ser humano, propondo uma economia de mercado capaz de priorizar as pessoas, e não o mercado e a produção. Baseado nessas ideias, Lebret, que era padre, pensou e realizou projetos de desenvolvimento que focavam a valorização das relações humanas conforme as bases da tradição cristã.

O movimento “Economia e Humanismo”, proposto por Lebret, foi impulsionado principalmente por uma experiência da exploração da pesca com os pescadores da região de Saint-Malo, em 1938, por uma indústria estrangeira (japonesa) em prejuízo dos trabalhadores locais (franceses). A partir do conhecimento empírico das condições de vida destes pescadores, lhe foi possível adquirir um conhecimento reforçado da injustiça que o sistema capitalista proporcionava, sobretudo quando se tratava de uma competição desleal, uma vez que a indústria estrangeira que era tecnologicamente mais avançada e de grande escala, o que acabou prejudicando até a própria subsistência dos pescadores daquela região. A ação de Lebret com os pescadores foi muito importante, ele fundou o Movimento de Saint-Malo, e introduziu os pescadores a se organizarem de forma cooperativa para que os mesmo pudessem organizar a produção e a distribuição, para que em caso de crise, desemprego ou até mesmo falta de subsistência fosse a eles possível se organizarem de forma horizontal. A partir de um certo momento esse movimento se expandiu, e chegou até mesmo a constituir uma Federação, onde várias outras regiões eram abrangidas. Era necessário pensar esse desequilíbrio de modo amplo, estrutural. Em 1940 a França foi invadida pela Alemanha, e o governo de Vichy é instaurado. Esse novo cenário político atrapalhou muito as ações do movimento de Saint-Malo onde Lebret militava, e a partir de 1943, Lebret se afasta totalmente do movimento de Saint-Malo e passa a se concentrar no movimento Movimento Economia e Humanismo, que foi o grande projeto de sua vida. Desde sua fundação o Movimento Economia e Humanismo propôs a discussão da questão do desenvolvimento de áreas subdesenvolvidas, a princípio no plano regional e urbano, e para isso foi criado um método de avaliação da situação do desenvolvimento.

No princípio o foco do movimento foi em formar pesquisadores que fossem capazes para contribuir com a análise da sociedade e com a discussão a respeito do subdesenvolvimento. Em 1945, após a libertação da França, o Ministério de Reconstrução e Urbanismo da França, encomendou aos pesquisadores de Economia e Humanismo um pacote de pesquisas a respeito do estado das habitações nos locais aonde os bombardeios haviam sido mais violentos. A partir dessa primeira experiência francesa, posteriormente foi possível desenvolver outros trabalhos e em outros países, inclusive o Brasil e países da África e Ásia.

Lebret fez sua primeira visita ao Brasil em 1947, onde havia sido convidado para falar sobre Economia no auditório da Escola Livre de Ciências Políticas. Antes de voltar a França, o padre fundou uma filial do Movimento Economia e Humanismo em São Paulo, a SAGMACS (Sociedade para a Aplicação do Grafismo e da Mecanografia à Análise de Complexos Sociais) que também consistia em um laboratório de pesquisa de campo. Nesse mesmo ano, a SAGMACS realizou uma pesquisa dirigida por Lebret sobre as condições de habitação na cidade. Outras pesquisas vieram a ser realizadas posteriormente, principalmente no estado de São Paulo.

Em 1958, Lebret foi chamado a desenvolver um trabalho em algumas outras partes do mundo, esse trabalho antes de tudo também teve como objetivo contribuir para a análise das causas do subdesenvolvimento. Para isso, juntou-se a um grupo de intelectuais e fundou o IRFED (*Institut de Recherche et Formation en vue du Développement*),⁶ que mais tarde se transformaria no *Centre Développement et Civilisations – Lebret-IRFED*. A missão do Instituto era formar pesquisadores especialistas em desenvolvimento para prover assistência técnica aos países economicamente atrasados para que pudessem promover o seu desenvolvimento. Tal missão contou com quadros cristãos aplicados na ação humana. Em suas análises, Lebret sempre procurou promover a aproximação entre a filosofia cristã e as condições materiais da vida, tendo em vista o seu vínculo com a religião e o contexto econômico global. Buscou quase

⁶ Em português Instituto Internacional de Pesquisa e Formação para o Desenvolvimento Harmonizado.

que inteiramente promover uma sociedade mais fraterna baseada nos preceitos de solidariedade cristãos e, assim, menos injusta.

1.3. Goulet

Tendo o padre Lebreton como mestre e maior influência intelectual, a ideia de tornar a ética do desenvolvimento um campo específico de estudos partiu de Denis Goulet, na década de 1960, e significou o resgate de uma das questões básicas do desenvolvimento: as necessidades humanas. Goulet estudou no IRFED e tentou lançar as bases da ética do desenvolvimento como disciplina desde sua tese de doutorado, orientada pelo próprio Lebreton, e defendida em 1966, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP.

Mas é só em 1988, quando lança o artigo *Tasks and Methods in Development Ethics*, que ele procura definir claramente o que é a ética do desenvolvimento, seus objetivos, os seus métodos. Afinal, os objetivos e métodos são dois pilares para a definição de um campo de estudo. Para a definição que apresentaremos para a ética do desenvolvimento partiremos do seu fundador Goulet e consideraremos também o artigo de *Toward Development Ethics*, de David Crocker.

A dimensão ética do desenvolvimento econômico-social para Goulet, é um tema crucial para o ser humano, uma vez que os planos de desenvolvimento até então existentes não asseguravam o atendimento básico das necessidades fundamentais da população mundial. O conceito de desenvolvimento gera várias implicações, preocupava-se Goulet com especialmente dois: a respeito da preservação da natureza e o respeito pelas diversidades culturais. E para se chegar a uma reflexão a respeito do que poderia ser a ética do desenvolvimento, a partir do ponto de vista de Goulet, é necessário passar por essas implicações, principalmente as duas a que ele alerta, pois para ele esse campo deveria ser de natureza interdisciplinar.

Como já falamos, o termo desenvolvimento pode assumir diferentes sentidos, tratando-se de um projeto de desenvolvimento social-econômico com o propósito de estimular mudanças em uma região e ou em um país, esse termo pode se tornar ainda mais ambíguo, e até produzir consequências não antes planejadas para a sociedade a qual o projeto de desenvolvimento está sendo realizado. Por

isso, é preciso para Goulet que ocorra um desenvolvimento moral correspondentemente a um plano de desenvolvimento, para assim assegurar, de forma solidária e racional a preservação dos recursos da natureza, a diversidade cultural e a ética.

1.4. Ética do desenvolvimento

Como mencionado anteriormente, na década de 1960, surge um grupo de estudiosos, influenciados muitas vezes por princípios religiosos, que vê na ética do desenvolvimento uma alternativa teórica e prática para humanizar a sociedade de mercado. O que esse grupo pretendia era criar uma nova disciplina, um campo interdisciplinar de estudos para tratar das questões do desenvolvimento. A ética seria utilizada como princípio unificador, totalizante, dos diversos aspectos do desenvolvimento – social, ambiental, etc. - uma vez que orienta a escolha dos fins a serem perseguidos e dos meios para alcançá-los. Os princípios que orientam a escolha dos fins e dos meios condicionam todos os outros aspectos do desenvolvimento e, nesse sentido, a ética do desenvolvimento se justificaria como campo interdisciplinar de estudos sobre o desenvolvimento. Desse grupo de estudiosos iremos destacar o trabalho do professor Denis Goulet, pois será dele a iniciativa para formular uma proposta para uma disciplina teórica denominada Ética do Desenvolvimento. Entre as suas principais influências teóricas, podemos citar entre outros, pensadores como Gandhi, Le Bret, Gunnar Myrdal e Erich Fromm.

Diante de um paradigma entre os moldes tradicionais de desenvolvimento baseados no crescimento econômico que se preocupava em grande parte com o fortalecimento da sociedade de mercado e não consideravam questões morais básicas (GOULET, 1998:8), a ética do desenvolvimento se apresenta como uma concepção diferente dos modelos tradicionais e, assim, se distancia deles. Este distanciamento é reforçado porque a ética do desenvolvimento se baseia na proposta de valores alternativos aos considerados até então, ligados em grande parte ao mercado e ao ter. É bem distante desta concepção que este campo vai enxergar a elaboração e concretização de políticas para o desenvolvimento. Precisamente, esses valores alternativos dizem respeito à satisfação de necessidades básicas das pessoas (alimentação e saúde), à eliminação da

pobreza absoluta, ao cuidado com o emprego para todos, à redução da dependência entre países e ao respeito às culturas locais.

A ética do desenvolvimento seria, portanto,

uma investigação filosófica sobre a mudança de valores, pois o desenvolvimento é, acima de tudo, uma questão de valores e atitudes humanas, objetivos auto-determinados e critérios para determinar quais são os custos toleráveis no curso da mudança (GOULET, 1997, p. 1161).

Segundo Gambi, de forma concreta,

Concretamente, isso significa definir quais bens buscar e como consegui-los e essa definição de fins e meios respectivamente, passa por considerações éticas: vida boa e justa. Mas não se trata apenas de filosofia. Dos pontos de vista teórico e histórico, respectivamente, a questão dos custos do desenvolvimento se justifica, no mínimo, por duas razões: o *trade-off* entre consumo e investimento, e as políticas de ajustamento estrutural impostas pelos países mais ricos aos mais pobres. (...) Além disso, a discussão dos fins últimos é fundamental para orientar a prática. (2012, p. 8)

É importante ressaltar que essa nova perspectiva de desenvolvimento sobre a qual a ética do desenvolvimento se propõe a refletir partiu da reflexão sobre esses valores alternativos. Ao analisar relatórios da ONU (Organização das Nações Unidas) e até mesmo do Banco Mundial, Goulet atesta a necessidade de uma prática aliada ao discurso. Porque muito se disse e escreveu questionando os moldes tradicionais de desenvolvimento e pouco se fez. Era preciso deixar de lado essa ideia de análise econômica baseada apenas no aumento da produtividade, e pensar numa conciliação tanto do aumento dos bens e serviços como na garantia de uma vida qualitativa para o ser humano. Ao propor um novo paradigma para o desenvolvimento, Goulet acredita acima de tudo que, com a incorporação da ética, o discurso e a prática do desenvolvimento seriam indissociáveis. Ela deveria de fato influenciar os formuladores de políticas para o desenvolvimento.

2. Apresentação das obras

2.1 Lebret, economia e humanismo religioso⁷

A proposta inicial desses trabalhos de Lebret consiste na percepção dos problemas mundiais reais existentes, no sentido de levar a humanidade a resolvê-los. Para isso utiliza o resultado de amplas observações realizadas em todo o mundo: umas fundamentadas em pesquisas mais aprofundadas no Brasil, Colômbia, Vietnã, Senegal, e outras mais breves, em outros países da América Latina, África e Ásia. A partir daí tem-se uma preocupação em despertar a reflexão dos países dominantes à época (URSS e EUA) para que os mesmos passassem a compreender a necessidade de superar suas posições “ultrapassadas” em relação ao desenvolvimento. É importante ressaltar também que o autor também se baseia em diversos relatórios da ONU.

Para o autor, a situação do mundo naquele momento (década de 60) era de alerta. Vai dizer ele, a partir de suas análises, que são vários os obstáculos que impediam os países subdesenvolvidos de conseguirem, por si mesmos, o seu desenvolvimento. São eles: do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento industrial, do progresso técnico aos obstáculos econômicos, financeiros e sociais.

A economia subdesenvolvida é muito frágil, uma vez que sempre dependente da economia internacional. Os desequilíbrios financeiros externos repercutem na vida interna desses países, juntando-se aos desequilíbrios que os mesmo já possuem. Os países subdesenvolvidos têm de importar vários produtos, mas sua capacidade de importar é limitada (na maioria produtos agrícolas e matérias-primas), sempre os colocando em situação desfavorável. Tal fato transformou-se em um círculo, como já havia sido prenunciado em 1952 pelo ciclo vicioso da pobreza de Myrdal: doença – pobreza – subprodução – subalimentação:

⁷ Apresentação das Obras: O Drama do Século XX e Suicídio ou Sobrevivência no Ocidente. A segunda obra foi lançada em 1958, já a obra “O Drama do Século XX” é de 1966 e se tratou de um resumo das principais ideias da obra anterior, feita para relançamento.

[os países subdesenvolvidos] são doentes porque são pobres. Tornam-se mais pobres ainda porque são doentes, e a pobreza aumentada gera, por sua vez, mais doença. Encontra-se aí um processo cumulativo que opera no sentido de um abaixamento contínuo dos níveis, e no qual um fator negativo é ao mesmo tempo a causa e o efeito de todos os demais fatores negativos (MYRDAL apud LEBRET, 1966, p.60).

Diante disso, os países subdesenvolvidos tendem sempre a ficar à mercê das economias dominantes. Nas obras tem-se uma análise bem argumentada destes vários obstáculos que impedem os países subdesenvolvidos de conseguirem, por si só, o seu desenvolvimento. Vai dizer Le Bret (1966, p. 97): “O problema consiste não apenas em pessoas a alimentar e vestir, mas também a alojar e instruir.” Alertando para aquela situação da humanidade e suas grandes contradições, com o objetivo de salientar o quanto a consciência global era extremamente rudimentar e atrasada.

2.1.1 Críticas ao capitalismo e reforma

Em um segundo momento, o autor critica severamente o imperialismo americano e a dimensão que o mesmo possui na economia global.

Os países subdesenvolvidos, principais exportadores de matérias primas e de produtos alimentares brutos, são particularmente sensíveis às crises, ainda que leves, da economia americana. É assim que, por força das circunstâncias se exercem sobre o mundo não coletivista a polarização e, conseqüentemente, a dominação norte-americana. Essa dominação se agrava ainda mais com a exigência de pagar os produtos norte-americana em dólares (LEBRET, 1996, p.107).

E ainda reafirma, “a expressão ‘mundo livre’ esconde um mundo grandemente tributário do poder econômico norte-americano” (LEBRET, 1966, p.106). Por sua própria lógica, o capitalismo busca o que rende mais e não o que é mais necessário. O necessário, aliás, não é o necessário pleno para os países em que estão localizados os recursos, mas o que os países mais ricos consideram mais necessário. Com fácil adaptação as crises, o capitalismo tem sempre procurado garantir a continuidade dos lucros.

Para o autor, na verdade, o comportamento norte-americano torna-se cada vez mais imperial e a liberdade do mundo “livre” diminui cada vez mais. No período de guerra fria, as principais potências dispendiam vultosos recursos em gastos militares, o que ocorria na contra corrente das necessidades mundiais. E principalmente os EUA insistiam no erro de confundir os próprios interesses com os interesses globais, mantendo seus privilégios como critério fundamental da ordem social global.

Porém, ao se analisar o contexto de superação do subdesenvolvimento, o autor chama a atenção para uma maior participação dos EUA no financiamento do desenvolvimento, advertindo que faltava aos norte-americanos a percepção de que a sua solidariedade com o mundo subdesenvolvido tinha que ser total.

As propostas vindas de Le Bret tendiam a convergir no sentido de convencer os EUA para que assumissem seu papel na economia global de forma consciente, torcendo para uma maior “solidarização” do mundo capitalista. O autor acreditava que a salvação dos EUA estaria na passagem de uma avareza sórdida em muitos aspectos para a sinceridade altruísta. Caso contrário, “o ocidente está irremediavelmente condenado se não se converter ao amor fraterno universal.” (LEBRET, 1966, p.165).

Para Le Bret, o capitalismo ocidental que estava constituído naquele momento da história fortalecia a relação de dependência dos países subdesenvolvidos em relação ao EUA. E as perspectivas para mudar esse quadro eram péssimas, já que o capitalismo norte-americano se encontrava em plena expansão liberal e possuía como principal política uma expansão comercial desenfreada, cujos objetivos eram agregar mais nações ao mercado consumidor e conseguir mais matérias primas. Além disso, procurava alargar sua zona de influência econômica, já que o contexto global era de guerra fria. Ou seja, era preciso fazer frente às potências socialistas. Nesse momento, todo o quadro de necessidade de ajuda econômica pela qual passavam os países subdesenvolvidos foi deixado de lado em nome de outras prioridades.

2.1.2 Crítica ao socialismo

Lebret critica o capitalismo, mas também não poupa o socialismo. Para ele, “o humanismo marxista⁸ apresenta-se radicalmente viciado por seu ateísmo metafísico” (LEBRET, 1966, p.179). O marxismo ignoraria “o que há no homem” e, por isso, seria uma solução ilusória. Sobre a URSS, ele vai dizer:

utiliza para funcionamento do regime, uma contínua pressão policial. Um povo tradicionalmente habituado à passividade resignada e que jamais gozou de uma autêntica experiência de liberdade aceita mais facilmente essa concepção de vida econômica, social e política (LEBRET, 1966, p.175)

Essa ideologia, portanto, ocultaria um falso humanismo que apenas levaria a humanidade a novos impasses. As visões do marxismo divergem da consciência religiosa de Lebret, visto que o próprio Engels afirma que além da natureza e do homem não há nada. Ainda existe a visão marxista de que os homens são apenas produtos do meio natural e social, logo, “a religião esvazia o homem e a natureza de todo o seu conteúdo, transfere esse conteúdo ao fantasma de um Deus do Além, o qual, como graça, cede um a parte do seu supérfluo aos homens e a natureza.” (LEBRET, 1966, p.179).

Essas duas afirmações da estética marxista compõem um grande confronto teórico com o padre. Assim, diz ele:

Estamos, pois, no mais total inumanismo. Qualquer oposição é crime, qualquer opositor deve ser reduzido, talvez, até pela morte, a impossibilidade de sustar o progresso da humanidade, da qual o partido é o único representante autorizado. (LEBRET, 1966, p.180)

Ao criticar o capitalismo e o socialismo, Lebret acredita numa proposta que humanize a economia na busca por uma civilização universal e fraterna. Diz o autor a respeito da URSS e dos EUA: “Em ambos, o desconhecimento do homem compromete qualquer possibilidade de sucesso durável. Os tipos de civilização que propõem não poderão criar uma civilização universal.” (LEBRET, 1966, p.183). A impressão que fica é a de que os EUA precisavam se tornar

⁸ No sentido da forma como o ser humano é tratado no regime marxista.

solidários o mais rápido possível e se engajar na construção de uma civilização universal antes que o comunismo avançasse. Isso porque os moldes tradicionais de desenvolvimento que as duas potências propunham não representavam alternativas concretas para um desenvolvimento mais humano. Porém, se fosse para pensar em uma nova alternativa, a reforma do capitalismo seria mais interessante, porque apresenta uma sociedade mais propícia e aberta a um choque de consciência que poderia resultar no humanismo.

Como esboçado, o comunismo em si representava uma afronta à ideia humanista de Lebret, principalmente por causa de seu compromisso religioso. A própria afirmação de Engels de que “os seres superiores criados pela nossa imaginação religiosa não passam de reflexo fantástico do nosso próprio ser” (ENGELS apud LEBRET, 1966, p.179), mostra o nível de descrença religiosa a que o marxismo estava sujeito. Uma vez que o sentimento religioso dentro dessa ideologia não teria espaço, muitas vezes ele era deixado de lado, e outros valores como o pessoal e social, eram colocados em primeiro plano. Nesse quadro o humanismo não teria como se estabelecer como uma alternativa de desenvolvimento. Pois, o humanismo de Lebret, é representado pela expansão do sentimento cristão e da crença religiosa.

2.1.3 A reforma concreta

A ideia principal de Lebret toma forma em sua proposta alternativa ao capitalismo e ao socialismo, isto é, uma concepção global da humanidade; em sua proposta humano-religiosa acoplada à ideia de um progresso que possa promover uma saída para os problemas econômicos, políticos e sociais do mundo. Do seu ponto vista, a causa geradora e perpetuadora da pobreza seria um capitalismo concebido sob a visão de avareza e egoísmo. Concretamente, para o autor, a raiz de todos os males reside no egoísmo humano perpetuado pelo capitalismo norte-americano. Frente a ele, deve-se pleitear uma sociedade fraterna, justa e cristã, que se atingiria mediante a solidariedade, a corresponsabilidade e a prática do amor. A observação a ser feita aqui é a de que ainda nessa nova sociedade baseada nesses novos valores, a economia seria baseada no mercado e na propriedade privada. O que muda basicamente

são os valores. Sairia o egoísmo e entraria a solidariedade. Essa é a toada de sua visão religiosa.

Nesse contexto, a reafirmação e a consolidação dessa revolução no comportamento, na sinceridade, lucidez para a promoção do bem universal, só é possível se impulsionada pelo “fermento cristão”:

Para rever sua escala de valores, o Ocidente deve, mais do que nunca, recorrer ao cristianismo. Não há dúvida que, no plano sociológico, a massa dos cristãos não se apresenta como uma força unificada (LEBRET, 1966, p.191).

Para Lebret, essa ideia do “fermento cristão” é completamente plausível, visto que a missão essencial da Igreja é a evangelização orientada para a salvação espiritual, para a visão beatífica de Deus, termo perfeito do humanismo.

Para defender essa saída mais humana e solidária do mundo, o autor usa de suas experiências para mostrar a possibilidade um desenvolvimento harmonizado. Dessas experiências tem-se: a recuperação da zona pontina, na Itália; a fazenda Holambra, no município de Mogi-Mirim em SP; a experiência de Fomeque, na cordilheira oriental dos Andes colombianos. Para Lebret (1966, p.153) “o problema que a humanidade tem a resolver é o da sua ascensão conjunta, a partir das situações concretas, sem pretender quebrar os ritmos naturais do crescimento, nem lançar-se em soluções espetaculares e ilusórias.” Dessa forma, o autor avança o raciocínio de que a realização de pequenos avanços deve ser priorizada no caminho para o desenvolvimento, mas sempre ressaltando que o progresso só será uma realidade quando de fato houver uma cooperação leal entre os povos pobres e ricos. Deste modo, não deveria haver rupturas drásticas, o que por sua vez eliminaria qualquer via revolucionária.

A reforma proposta pelo padre, por si só representa outro caminho. Em vez da luta das massas conduzida por uma vanguarda de operários, Lebret propõe consolidar comunidades de base capazes de se sustentarem mutuamente, conhecer as suas necessidades básicas e reivindicar a sua satisfação: junto às empresas (via participação nos lucros e, no limite, cogestão⁹)

⁹ Gestão conjunta.

e ao Estado, mediante legislação trabalhista e mecanismos distributivos da renda nacional.

Baseado nestas críticas formuladas por Lebret aos sistemas capitalista e socialista e na construção de uma nova alternativa humanista-religiosa, Denis Goulet, seu discípulo, constrói os fundamentos do que chama de ética do desenvolvimento.

2.2. Goulet e a ética do desenvolvimento

Goulet parte da análise de que a economia do mundo subdesenvolvido, então chamado “Terceiro Mundo”, era subjugada pelos países centrais (ou sistemas centrais, socialismo X capitalismo), uma vez que eram incapazes de se desenvolver através da “autarquia econômica”, ou seja, sozinhos. Pois o desenvolvimento de suas economias dependia do desenvolvimento das economias centrais. No limite, para o autor, seria impossível realizar um desenvolvimento alheio à opressão econômica realizada pelo imperialismo e pelo comunismo. A partir de tudo isso é importante ressaltar o peso que o conflito capitalismo X comunismo tem perante o futuro dos países subdesenvolvidos. Embora seja influenciado por Lebret, Goulet caminha em um sentido diferente de seu mestre, sua proposta a respeito de uma economia humana toma forma após a análise da evolução de cada sistema econômico e das contribuições possíveis de um e de outro para um desenvolvimento mais humano.

2.2.1 Evolução e formas do capitalismo

Para Goulet, o capitalismo contemporâneo é resultado das diversas mutações sofridas pelo capital, o que o diferencia do capitalismo primitivo do século XIX. Essas mutações se deram principalmente na área produtiva (publicidade, distribuição, venda, financiamento, consumo). O antigo monopólio deu lugar a um pequeno grupo de grandes empresas poderosas. Em outras palavras: “O monopólio foi substituído pelo oligopólio”. Esta nova fase do capitalismo trouxe também, segundo Berle, Packard, White, Riesman a “ruptura entre a produção e o trabalho remunerado”, isto é

The individual who invests capital in the large Corporation can spend his dividends or sell his shares for cash, taking care of elsewhere for opportunity to produce or create. Were the American system entirely one of ownership and production by large corporations, every individual would have a job under the direction of corporate managers, and in addition to his salary, he would have whatever dividends he might receive from investments; but in any case the two functions would be entirely Split (apud Goulet, 1966, p.247)

A pressão sofrida pelo capitalismo frente às economias socialistas serviu para estimular e aperfeiçoar o sistema, combatendo o socialismo teórico e economicamente. Estas transformações capitalistas modificaram de forma profunda as relações de forças existentes entre os capitalistas, trabalhadores e governos. Para o autor, o capitalismo se apresenta ocultando sob este nome “três formas”:

1 – *Neocapitalismo dos países altamente desenvolvidos*: é a forma encontrada nos países no auge do desenvolvimento, tem como características a diversificação produtiva e a evolução das forças de produção se retomada a comparação com a sociedade capitalista mais primitiva. A reformulação ideológica do capitalismo é forte nestes países, uma vez que representam o papel de vanguarda na formulação tanto políticas como ideológicas.

2 – *Capitalismo dos países desenvolvidos agindo nos subdesenvolvidos*: é a tentativa dos países desenvolvidos em exportar toda sua atividade econômica¹⁰. O que evidencia o caráter expansionista do capitalismo em busca do lucro e do fortalecimento das forças do capital.

3 – *Capitalismo dos subdesenvolvidos*: assemelha-se as formas primitivas da sociedade capitalista. As reformulações do capital são restritas, a responsabilidade é pessoal e o seu raio de ação é limitado e muito pouco organizativo.

¹⁰ Diz Goulet: “Entretanto, assim como um grão transplantado para outro tipo de solo germinara em planta alterada, assim também, o neocapitalismo exportado para um país em outro estágio de atividade econômica alterar-se-á” (1966, p. 253)

Tendo agora esboçado a subdivisão teórica do termo “capitalismo” proposta por Goulet, fica mais claro para onde a discussão deve caminhar. É com o capitalismo dos países subdesenvolvidos que o autor estava preocupado. As estratégias de desenvolvimento deveriam ser feitas para esses países. Apesar disso, o neocapitalismo norte-americano, sob a ótica do mercado, é o que mais “deu certo”, logo, é a partir da compreensão da estrutura de mercado deste sistema neocapitalista e da afirmação da ética como possibilidade de uma maior cooperação global que o autor desenvolve sua reflexão. No fundo, seria extrair o que deu certo na economia americana e combinar isso com os valores alternativos da ética do desenvolvimento. Goulet ressalta a importância de inserir a ética na discussão em todos os sistemas econômicos. Sempre partindo da crítica aos moldes tradicionais de desenvolvimento.

2.2.2 Comunismo em evolução

Para o autor a teoria revolucionária marxista originou-se juntamente com a crítica de uma série de teorias de alienações no campo religioso, filosófico, político, social e econômico, e da posterior ruptura com os conceitos de filosofia enquanto “sabedoria, contemplação, ideia ou explicação” (GOULET, 1966, p.263). E o que substituirá tudo isso é a práxis, ou seja, a redução à ação, principalmente no campo revolucionário. Marx chamou de “pré-história” a fase da vida do homem que precede sua plena libertação, portanto a práxis terá seu espaço dentro dessa ideia, no limite, com o intuito de assegurar a liberdade de cada um. Vai dizer ainda Goulet (1966, p.265) que, “a revolução marxista era, antes de tudo, uma revolução na ordem dos valores.”

Para o autor a repercussão histórica do marxismo no início do século XX foi impulsionada pelas “necessidades políticas, do movimento operário na Europa”, já que o mesmo se encontrava à procura de uma “ideologia completa”. Assim essa ideologia pode penetrar na consciência política de vários grupos europeus que viviam a cotidiana disputa de forças. Entretanto, os modos da revolução marxistas só foram utilizados eficazmente e em grande proporção em 1917 na Rússia graças ao gênio revolucionário de Lenin.

O objetivo da revolução Russa era, em primeiro lugar, abolir o inimigo (capitalismo) para depois constituir o socialismo e construir uma sociedade sem

classes e alienação. O marxismo sempre denunciou o sistema capitalista de ser contrário às necessidades do homem, porém no caso da Rússia, o capitalismo era presente e avançava no período pré-revolução, e a condição econômica que se encontrava era fruto do desenvolvimento do capitalismo clássico naquele país. Então o que se observou nos primeiros anos da revolução foi uma grande planificação econômica do cenário que ali já se encontrava e o consequente desenvolvimento de políticas socialistas para o desenvolvimento.

Do ponto de vista estrutural o comunismo como sistema econômico apresentou-se da seguinte maneira: concentração dos bens de produção nas mãos no monopólio estatal, seguindo os preceitos marxistas, entretanto no campo agrícola observou-se uma dificuldade na imposição total desta mesma política. Os agricultores durante algum tempo persistiram por uma política própria, já que relutavam a uma coletivização precoce de sua produção. Esta situação vai de encontro com a política comunista, e principalmente com o monopólio que o Estado exerce de maneira geral sobre o setor de consumo da economia comunista. Ressalta o autor que durante algum tempo houve um esforço no sentido de repensar uma estratégia econômica que contemplasse o setor. Porém, o ponto principal que o autor traz para essa reflexão está no espaço e na pergunta de quem pensava essas estratégias econômicas? Então, tem-se o fato de que havia na URSS uma classe responsável pelo funcionamento de todo sistema econômico, e que muitas vezes exercia o papel de gerente, se assemelhando bastante com o papel exercido pelo “*manager*” capitalista, porém os comunistas não tinham como foco o lucro máximo da sua empresa estatal.

2.2.3 Convergência entre dois sistemas

Tem-se claro para Goulet que a explicação para evolução de ambos os sistemas é impulsionada pela competição mútua:

A competição na luta pelo bem-estar e a promoção social, engajada na escala universal entre capitalismo e socialismo-marxista e a necessidade que tem o capitalismo de não se deixar distanciar. Fato inédito na história: o capitalismo tem a partir de agora um concorrente (BLARDONE apud GOULET, 1966, p.267).

O que se teve na metade do século XX foi o avanço do capitalismo e a transformação do comunismo soviético. O capitalismo foi ainda mais beneficiado, já que “a teoria socialista só pode ser aplicada em países socialistas reproduzindo uma estrutura capitalista de gerência científica” (GOULET, 1966, p. 270).

No campo ideológico, o capitalismo desde o início não se apresentou como uma ideologia ou filosofia e muito menos como uma práxis, resultado de alguma produção teórica crítica ou da elaboração de algum ideal. Ao contrário do marxismo, que já é a concretização da práxis. O capitalismo antes de tudo é uma maneira de se produzir para o lucro, o que é base da sua justificativa (sem fazer nesse momento julgamento de valor). Logo a evolução e o dinamismo econômico capitalista sempre caminharam neste sentido, já a sociedade soviética segue o caminho limitado pelas intenções e pelos objetivos que lhe são impostos pela realidade econômica, tanto do país como da população, rumo ao desenvolvimento econômico.

Para ambos os sistemas, a finalidade última e concreta é a prosperidade material e a “felicidade na abundância de bens” (GOULET, 1966, p. 277). O autor aponta que apesar das divergências ideológicas e opositivas entre os dois sistemas, existe um “acordo” pelo fim: “a felicidade na abundância material”. Por exemplo, o comunismo marxista em sua fase inicial seguiu a teoria marxiana na luta pela liberdade do homem da escravidão do capital partindo da supressão da alienação e da planificação da economia. O capitalismo também almeja liberdade, liberdade de miséria, consumo e necessidades, e para isso utiliza-se do fortalecimento da economia de mercado. Apesar de meios opostos, os dois regimes possuem fins idênticos.

Para o autor, não é possível afirmar qual sistema seria mais eficiente na promoção do desenvolvimento. A escolha por certo regime para se desenvolver partiria de cada país. Entretanto, existem países que são extremamente atrasados e os obstáculos ao desenvolvimento são vastos, o que tornaria a discussão de qual sistema seria mais aplicável inútil. Para estes países deveria ser feito o necessário a todo custo para evitar este quadro. Porém, em longo prazo, essas decisões passariam por indagações do tipo: que sistemas interessariam mais, como este sistema elevaria a condição do país

subdesenvolvido ao de uma potência e em que medida os sistemas já existentes seriam capazes de ajudar o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

A ideia principal de Goulet a respeito dos sistemas caminha no sentido de avaliar as contribuições possíveis de um e de outro, as convergências possíveis e coerentes com o desenvolvimento. Diz Jaguaribe:

trata-se de saber como o “capitalismo” poderia parar de favorecer os privilégios e fornecer uma “igualdade de oportunidade” a todos. Paralelamente, trata-se de encontrar um meio de suprimir as faces negativas do comunismo tal qual é praticado. Não se trata de fazer uma amalgama dos “bons” elementos de cada sistema: é preciso extrair os ingredientes positivos e normativos em torno dos quais se organizarão os elementos emprestados. (apud GOULET, 1966, p.295)

Goulet acredita nisso porque acredita ser utópico imaginar que é possível criar um sistema que destruirá toda desordem, injustiça e egoísmo no mundo. Para ele nenhum sistema será capaz de extinguir estas perniciosidades, já que os homens que dirigem o sistema permanecerão imperfeitos. Neste ponto, que pra ele é preciso adicionar o “elemento humano” que é uma variável sujeita tanto as falhas como as imperfeições dos sistemas. A tudo isso somente a poderosa força do amor seria um instrumento realista, já que essa concepção de que os sistemas econômicos para o desenvolvimento devem ser criados a partir de uma teoria, que a esta teoria se junte o amor na promoção de um “regime de direitos definidos e de exigências de uma política objetiva”.

Se Goulet se distancia de Le Bret ao extrair o que há de bom no capitalismo e no socialismo para propor uma a inserção da ética na discussão sobre desenvolvimento, e até mesmo uma síntese, aqui ele se aproxima de seu mestre ao recorrer ao amor e à solidariedade na promoção do desenvolvimento.

Considerações Finais

Le Bret teve uma visão humanista da economia, uma visão que naquele momento se diferenciava da dominante, juntando-se à reflexão de que não bastava considerar apenas aspectos econômicos e de crescimento econômico na análise do desenvolvimento econômico. Sua visão partia de uma ótica humanista, ou seja, orientou-se na satisfação das necessidades e nas

aspirações de cada pessoa, propondo assim uma economia de mercado capaz de priorizar as pessoas, e não o mercado e a produção.

A forma como o capitalismo e o socialismo se organizavam na década de 60, inquietavam bastante o autor. Por um lado o capitalismo ocidental mostrava uma crescente avareza egoísta baseada no avanço do capitalismo, e o “ter” era cada vez mais priorizado. Por outro o comunismo que na visão de Lebret representava um completo “inumanismo” por negar a religião. O campo ideal para o avanço das ideias humanista estaria, portanto, na reforma da sociedade capitalista, ou seja, a nova sociedade humanista proposta por Lebret conservaria o mercado e a propriedade privada, mas tiraria todo o tipo de avareza egoísta em nome do altruísmo e do amor cristão. É importante ressaltar que o avanço do humanismo de Lebret apenas seria possível com a disseminação da igreja católica e da divulgação dos valores religiosos cristãos. Aonde isso seria mais possível é na sociedade capitalista, que apesar de tudo ainda considerava esses valores, apesar de não praticá-los.

A igreja a que Lebret se refere deve ser vista como parte integrante de um contexto religioso e moral. Assim, toda ação social norteadada por um ideal cristão, tem nela embutida um sentido moral. Onde uma ação realizada contra a moral cristã, signifique não apenas algo passível de uma punição, mas um confronto direto com a vontade divina. Se a partir disso for possível constituir uma sociedade humanista cristã impulsionada principalmente por valores de justiça social e de altruísmo, aliados a uma bem assentada moral cristã, o humanismo econômico teria mais chance de ser tornar real.

No cenário econômico global contemporâneo, cada vez mais assistimos a um avanço do ideal individualista capitalista. Nem mesmo uma crise econômica foi capaz de frear esse avanço. Os níveis de produção global se alargam cada vez mais, no campo alimentar produzimos muito mais do que precisamos, e existem aqueles que ainda passam fome. No campo do subdesenvolvimento, ainda assistimos o sofrimento econômico social dos países subdesenvolvidos, e sua esperança em avançar rumo ao desenvolvimento. Os dilemas e paradigmas pouco mudaram, o que nos faz enxergar que existe ainda hoje, um campo de avanço para a ética do desenvolvimento. A reforma da consciência é necessária. O problema talvez seja discutir qual seria o papel da igreja nesse contexto, visto

seu papel de relevância nesse processo para nossos autores, e também vendo o papel que tem sido realizado por ela historicamente. Mas não abordaremos este ponto.

As visões de Lebret sobre os sistemas econômicos de seu contexto são equivocadas, hoje vemos que não podemos esperar pela “solidarização” da economia norte-americana almejada por ele, afim de que eles se tornem mais solidários com os países subdesenvolvidos e puxem um desenvolvimento econômico igualitário mundial, ainda mais quando estamos falando de um país imperialista que nos proporcionou a invasão autoritária por interesses econômicos de diversos países, tais como Iraque, Kuwait e Afeganistão.

Também podemos dizer que a visão de Lebret a respeito do pensamento de Marx e Engels a respeito da religião foi equivocado, no momento em que pensaram a religião os mesmos criticaram-na por sua posição naquele momento, e pelo o que ela historicamente havia causado. Dados recentes mostram que a grande maioria da população russa é cristã, ficando uma mínima porcentagem destinadas aos ateus. Ou seja, existe lá sim um campo para avanço da ética.

Existem aqueles que dirão que uma reforma nos valores humanos, não será suficiente para avançarmos social e economicamente, e que isso é impossível de ser feito sob o sistema capitalista. Por se tratar de um sistema opressor e autoritário. Porém, pensar em uma revolução no modo de produção sem antes caminhar para uma reforma dos valores, dependendo do contexto, pode ser encarado de uma forma antidemocrática e autoritária, além de ser algo muito distante de se pensar. Talvez no longo caminho rumo as utopias, uma reforma nos valores impulse ainda mais essa caminhada, principalmente para aqueles que necessitam de uma vida mais justa.

Goulet foi discípulo de Lebret e, baseado nesse humanismo proposto por Lebret, coube a ele criar as bases da ética do desenvolvimento. Essa base se constituía de valores alternativos aos dos moldes tradicionais de desenvolvimento, porque trouxe à tona valores que não eram antes considerados como: solidariedade, vida justa e amor.

Apesar de compartilhar as mesmas críticas ao socialismo e ao capitalismo, Goulet se distancia de Lebret ao dizer que tanto o capitalismo como

socialismo deveriam ser campos onde a reflexão sobre a ética deveria ser incorporada nas políticas para o desenvolvimento. Isso porque ele tenta extrair o que há de bom nos dois sistemas, pois ele acredita que apesar das divergências ideológicas e opostas entre os dois, existiria um “acordo” pelo fim que se busca: “a felicidade na abundância material”. Lebret considerava o comunismo uma sociedade desumana e fechada para a aceitação de valores cristãos, portanto, do humanismo. Já Goulet achava imprescindível a divulgação dos preceitos da ética para a construção de uma economia humana.

Ao pensar nesse caminho a ser percorrido para que os valores pregados pela ética do desenvolvimento fossem absorvidos, a ideia de Goulet tem total coerência. A reforma proposta por nossos pensadores, é em certo ponto muito profunda, uma vez que parte da reforma da consciência – de uma forma moral e ética – e mira uma integração do ser humano com a natureza e com a comunidade ao seu redor. Essa ideia é inovadora e profunda. Pois se distancia e muito da racionalidade ocidental adotada historicamente, baseada principalmente no método cartesiano, na falta de integração com a natureza e na dominação do exterior a identidade moral.

Os valores morais pregados pela ética do desenvolvimento, ao que me parecem, partem de uma visão holística em que, ao considerar o todo, não o considera como uma construção social-histórica do homem, mas sim como a sua integração com a natureza, com os valores da solidariedade e o com o altruísmo.

A ética do desenvolvimento tem, assim como o humanismo de Lebret, uma proposta de uma economia humana, que também se baseava em valores cristãos e considerava dentre outros valores importantes para sua disseminação, o amor cristão. Não podemos deixar de ressaltar que a religião aqui também tem um papel importante, assim como o papel de quem se propõe a realizar as propostas da ética do desenvolvimento. Goulet atenta a todo tempo para a necessidade de um discurso aliado a prática. Neste ponto, as ideias de Goulet e Lebret voltam a se encontrar.

Enfim, a economia humana proposta por Lebret e Goulet busca uma sociedade em que o poder, a organização e a propriedade fossem considerados em função das necessidades do homem e da natureza. Qualquer que seja o sistema econômico, para a ética, esses pontos deveriam ser chave para a

incorporação e a reflexão, visando à construção de uma sociedade humana universal.

Referências

- ARNDT, H. W. Economic Development: a Semantic History. *Economic Development and Cultural Change*, 29, 3, 1981.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro. Contraponto, 5ªed., 2004.
- BARAN, Paul. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUNGE, Mario. *Ciência e desenvolvimento*. São Paulo: Edusp, 1980.
- CEPAL-BNDE. Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil. In: VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de. *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2008.
- COLMAN, David e NIXSON, Frederick. *Desenvolvimento Econômico: uma perspectiva moderna*. São Paulo: Campus, 1981.
- CROCKER, D. Toward Development Ethics. *World Development*, v. 19, n.5, 1991.
- FEIJÓ, Ricardo. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- GOULET, D. *A ética do desenvolvimento*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.
- _____. Development Ethics: a new discipline. *International Journal of Social Economics*, v.24, n.11, 1997.
- _____. Tasks and Methods in Development Ethics. *Notre Dame University, Working Paper 106*, 1988.
- _____. *The Cruel Choice: a new concept in the theory of development*. Nova York: Atheneum, 1971.
- GAMBI, T. F. R. Ética do desenvolvimento: uma nova disciplina? In: III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, 2012, Itajubá. *Anais do III Simpósio de Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*, 2012.
- _____. Revista Brasileira de Iniciação Científica, Itapetininga, v. 3, n. 1, 2016. _____

- HIRSCHMAN, Albert. *Moralidade e ciências sociais: uma tensão duradoura*. In: *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MARÉCHAL, Jean-Paul. *Ética e econômica: uma oposição artificial*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- MYRDAL, Gunnar. What is Development? *Journal of Economic Issues*, v.8, n.4, 1974.
- RAY, Debraj. *Development Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SACHS, Wolfgang (Org.). *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.
- LEBRET, J.-L. *Dinamica concreta del desarrollo*. Barcelona: Herder, 1966.
- _____. *Investigação sobre os aspectos humanos do desenvolvimento*. [mimeo.], 1960.
- _____. *O drama do século XX*. São Paulo: Duas cidades, 1966
- ROSTOW, W. *As etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.